

## APRESENTAÇÃO

### **Participação, necessidades e gestão do cuidado: construindo os fios estratégicos das redes de integralidade em saúde**

Esta coletânea inaugura a série Saúde Participativa, do Grupo de Pesquisa do CNPq LAPPIS, destinada a discutir e refletir criticamente sobre temas concernentes às práticas de gestão do cuidado na saúde em diferentes níveis analíticos, a partir de experiências no Sistema Único de Saúde.

*Gestão em Redes: tecendo os fios da integralidade em saúde* reúne textos que buscam apresentar o fio da meada de questões que têm nas análises de experiências de gestão local de saúde o principal foco de reflexão. Neste sentido, pensar as estratégias e táticas de constituição de redes de serviços que tenham como eixo a integralidade das ações de saúde evidencia uma possibilidade auspiciosa de combinar proposições analíticas sobre o modo de produção cotidiana da gestão do cuidado em saúde.

Para iniciar a discussão, Guizardi *et al.* apontam algumas questões sobre os modos de produção da gestão no SUS, destacando a participação, a democracia institucional e a competência como componentes explicativos e operativos capazes de ultrapassar o caráter normativo dos processos decisórios e propõem a lógica da competência centrada nas relações e em seus efeitos – a abertura de novos espaços institucionais efetivamente democráticos e reconfiguradores para o principal objeto da gestão: as relações no trabalho na saúde. Redes de práticas participativas reescrevem tecnologias de gestão e de organização do trabalho.

Na esteira de novos espaços e parcerias, Machado *et al.* identificam contradições entre a “constituição cidadã” e direitos que na prática dificilmente são efetivados. Registram que os princípios universais do SUS – entre os quais universalidade do acesso e integralidade das ações de saúde – podem oferecer importantes subsídios para dimensionar esse problema. Os autores apresentam notas sobre as parcerias entre Conselhos de Saúde e Ministério Público, como iniciativas inovadoras de novos arranjos institucionais que constituem

um regime de resolução de conflitos com a qual a gestão cotidiana da saúde se torna mais porosa às necessidades de saúde. Redes de práticas interinstitucionais fazem avançar a garantia de direitos à saúde.

Em seguida, três textos falam de redes de práticas nos serviços de saúde e nas estruturas de gestão transformam a diretriz ética e legal em possibilidade no cotidiano do SUS.

Com o tema "necessidades de saúde", Cecílio e Matsumoto oferecem valiosa contribuição, propondo uma taxonomia operacional das necessidades de saúde, cuja principal preocupação é construir um referencial teórico-analítico, fruto de trabalhos anteriores que têm na sistematização de possibilidades interpretativas no campo da saúde um caminho para estudos e processos formativos em saúde. A produção conceitual, também ela uma prática, amplia aqui as práticas de gestão voltadas para a integralidade, formando uma rede em que conceitos e práticas de gestão dialogam com essa diretriz ética e legal da saúde.

No plano das práticas cotidianas da gestão, Magalhães Júnior e Oliveira discutem as dificuldades da efetiva operacionalização do princípio da integralidade no SUS, a partir das várias possibilidades de conceituação, partindo da afirmação da importância do seu cumprimento na formulação de respostas às necessidades individuais e coletivas apresentadas pela população no seu conjunto. Os autores propõem a linha de cuidado como potente ferramenta para desenvolver uma estratégia de operacionalização do princípio da integralidade, cujos subsídios têm no sistema municipal de saúde de Belo Horizonte uma experiência de realização.

Em perspectiva semelhante, mas focalizada na gestão de uma unidade hospitalar, Madeira e Duarte discutem a qualidade da assistência hospitalar, em particular a assistência à mulher e ao recém-nascido, como um campo rico de produções coletivas que mantêm a alteridade com as usuárias. Forjam-se novos arranjos institucionais ancorados na efetiva participação social e no protagonismo dos usuários, para resolução de conflitos e respostas afirmativas às necessidades apresentadas pelas usuárias do Hospital Sofia Feldeman – instituição lócus da reflexão. São redes de práticas híbridas, embasadas na idéia de participação, acenando para a viabilidade do SUS e a capacidade de produzir nomadismos orientados pela integralidade, mesmo nos serviços que muitas vezes se confundem com o gradiente tecnológico com que operam.

Gujior e Vidal apresentam uma análise sobre o papel das redes na estratégia de suporte à desinstitucionalização no âmbito da saúde mental, a partir do estudo sobre o centro de Atenção Psicossocial Vila Esperança, refletindo sobre os diferentes arranjos institucionais e as experiências paradigmáticas no campo da saúde mental no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, Methy, de forma vigorosa, trata do tema da integralidade, colocando em xeque as implicações do uso do termo "integralidade", buscando construir um tenso e produtivo diálogo com os trabalhadores em saúde, sobre o significado de serem protagonistas de projetos de ação comprometidos com os sentidos radicais que o termo deve carregar, entre os quais a afirmação da vida, individual e coletivamente, profundamente vinculados a um modo ético-político de se posicionar no mundo das práticas produtoras de vidas. Coletivos e indivíduos em tensões criativas, em torno de seus fazeres, tornam-se mais sujeitos de seus destinos, mais comprometidos com a produção da sua liberdade como liberdade no outro. A rede aqui é formada pelas práticas dos trabalhadores no cotidiano dos serviços, gerando integralidade pela capacidade de alteridade e pelo compromisso e implicação ética com a vida.

No entanto, a presente coletânea é apenas o fio da meada de pensamentos e práticas de integralidade em saúde que a antecedem e que esta tem intenção de fortalescer e ampliar. Para além de sua intencionalidade, o vigor e a potência das contribuições aqui colocadas evidenciam que a análise das práticas de integralidade representa boa fonte de inovações para o fortalecimento do SUS. Bem mais forte e efetiva que as grandes abstrações analíticas de alguns teóricos que vêm tentando enfiar-lá.

Esperamos que os leitores apreciem a leitura e que esta possa contribuir em suas reflexões em coletivos de trabalho em saúde. Afinal, o novelo das redes de integralidade se constitui, como vimos nas análises que compõem este primeiro número da série, das práticas participativas grávidas da vontade de construir o SUS e o cuidado com a vida.

**Roseni Pinheiro**

**Alcindo Antonio Ferla**

**Ruben Araujo de Mattos**